

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007

Atualiza as Instruções Normativas nº 01/2001, 01/2003, 01/2004, 02/2004 e 01/2005 e 01/2006, face à edição das Portarias nº 574 e 575 da Secretaria do Tesouro Nacional, de 30/08/2007, que aprovaram a 7ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal, e do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária para o Exercício de 2008.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente a que lhe confere o Art. 27, da Lei Complementar nº 25, de 05/08/1994.

Considerando o disposto no Artigo 59, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, que atribui aos Tribunais de Contas a competência para fiscalização de seu cumprimento.

RESOLVE:

Art. 1º - O órgão central do sistema de administração financeira, contabilidade e auditoria das Prefeituras Municipais remeterão ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por meio magnético/óptico (disquete/CD-ROM) e documental, cópia dos seguintes instrumentos, elaborados na forma dos artigos citados da Lei Complementar nº 101/2000, e dos modelos *Anexos* indicados na Portaria nº 575, de 30 de agosto de 2007, do Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional-STN:

I – Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Arts. 48, 52 e 53, da LC nº 101/2000), a ser emitido pelo Executivo Municipal, incluindo as entidades da Administração Indireta, abrangerá também o Poder Legislativo, devendo ser remetido juntamente com o comprovante de sua publicação ao Tribunal, bimestralmente, em até 15 (quinze) dias após encerrado o prazo para a publicação exigida no caput do Artigo 52, da Lei Complementar nº 101/2000, observado o seguinte:

a – Os Municípios com população superior a 50.000 hab deverão apresentar os relatórios bimestrais contendo os anexos I, II, III, V, VI, VII, IX, X, XVI e XVIII, e anualmente (último bimestre do exercício) os anexos XI, XIII, XIV e XVII;

b – Os Municípios com população inferior a 50.000 hab., desde que façam opção por esta faculdade, nos moldes do estabelecido no Artigo 7º desta Instrução Normativa, deverão apresentar os relatórios bimestrais contendo os anexos I, II e X, semestralmente os anexos III, V, VI, VII, IX, XVI e XVIII, e anualmente os anexos XI, XIII, XIV e XVII;

c – conterá, quando for o caso, justificativas sobre:

1 - limitação de empenho e indicação de recomposição de dotações, havidas no período;

2 - frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

II - Demonstrativo do Cumprimento de Metas Fiscais, apresentado em audiência pública, na Comissão Permanente da respectiva Casa Legislativa (Art. 9º, § 4º da LC nº 101/2000), até o final dos meses de maio/2008, setembro/2008 e fevereiro/2009;

III – Ato de desdobramento das receitas previstas, em metas bimestrais de arrecadação, acompanhado, quando for o caso, das especificações devidas (Art. 13, da LC nº 101/2000), no prazo de até o último dia do mês subsequente ao de sua elaboração;

IV – Demonstrativo das admissões e contratações de servidores e de contratações de mão-de-obra terceirizada para substituição de servidores, se havidas no mês, bem como de que, à época, a despesa total com pessoal não excedia a 95% do limite legal do Poder ou órgão (Art. 22, Parágrafo Único, da LC nº 101/2000), contendo, pelo menos, as seguintes informações:

a – nome do servidor admitido ou contratado;

b – indicação da lei de criação, e de alteração, se houver, do Quadro de Pessoal a que pertencer o cargo ou emprego, ou de lei autorizadora de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o Art. 37, Inc. IX, da C.F.;

c – nomenclatura e classe do cargo ou emprego, conforme o Quadro de Pessoal;

d – composição e valor da remuneração mensal a ser paga;

e – nos casos em que a LC nº 101/2000 exige previsão na Lei de Diretrizes Orçamentária, dispositivo que ampara a admissão ou contratação;

f – nome e cargo do servidor substituído e nome do substituto, em caso de contrato de terceirização de mão-de-obra, anexando justificativa do embasamento legal dessa contratação.

V – Relatório sobre projetos em execução e a executar, bem como despesas de conservação do patrimônio público realizadas e a realizar, no exercício, entregue ao Poder Legislativo antes do encaminhamento do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (Art. 45, Parágrafo Único, da LC nº 101/2000), no prazo de até o dia 30 (trinta) de abril, com pelo menos as informações seguintes:

a) projetos em execução e a executar, com dados suficientes à sua identificação, discriminando:

1 – data de início da execução do projeto;

2 – valor atualizado do projeto;

3 – em se tratando de obras, volume executado no exercício e, sendo o caso, até o término do exercício anterior, conforme medições atestadas pelo representante da Administração na fiscalização do contrato (Art. 67, da Lei nº 8666/93) e pela autoridade responsável pelo setor financeiro da Unidade Gestora, face a execução dos cronogramas físico-financeiros;

4 – saldo de projetos a executar;

5 – valor total das dotações consignadas no Orçamento e saldo apurado no encerramento do exercício;

6 – total de recursos disponíveis para novos projetos;

7 – justificativa quanto a eventual atraso na execução de projetos, de forma individualizada, e, em caso de obras, indicação inclusive da data em que a justificativa foi publicada na imprensa oficial, em cumprimento ao Art. 8º da Lei nº 8.666/93;

b) atividades inerentes a dotações para despesas de conservação do patrimônio público, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, com indicação do contido na alínea “a” do Inciso V desta Instrução Normativa, bem atendido ou a atender, a natureza da benfeitoria e

o valor correspondente à despesa realizada ou a realizar;

Art. 2º - Será remetida ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por meio magnético/óptico (disquete/CD-ROM) e documental, desde o presente exercício e no prazo de até 30 (trinta) dias do término do quadrimestre correspondente, cópia do Relatório de Gestão Fiscal, de que tratam os Arts. 54 e 55, da LC nº 101/2000, observados os modelos Anexos indicados na Portaria nº 574, de 30 de agosto de 2007, do Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional, e mais o seguinte:

I – o Relatório será apresentado:

a – na esfera municipal, pelo:

1 - Prefeito Municipal;

2 - Presidente e demais membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores.

II – será assinado, respectivamente, pelas autoridades referidas no inciso I e mais o respectivo responsável:

1 – pela administração financeira do Poder ou órgão;

2 – pelo setor de controle interno;

III – conterá:

1 – Poder Executivo:

a – no primeiro e segundo quadrimestres do exercício, os anexos I, II, III, IV e VII, e além dos já evidenciados, no terceiro quadrimestre, serão apresentados os anexos V e VI, para os municípios acima de 50.000hab;

b – no primeiro semestre do exercício, os anexos I, II, III, IV e VII, e além dos já evidenciados, no segundo semestre, serão apresentados os anexos V e VI, para os municípios com população inferior a 50.000 hab., desde que preencham o requisito desta faculdade contida no Artigo 7º desta Instrução Normativa.

2 – Poder Legislativo:

a – no primeiro e segundo quadrimestres do exercício, o anexo I, e além do já evidenciado, no terceiro quadrimestre, serão apresentados os anexos V, VI e VII, para os municípios acima de 50.000 hab;

b – no primeiro semestre do exercício, o anexo I, e além do já evidenciado, no segundo semestre, serão apresentados os anexos V, VI e VII, para os municípios com população inferior a 50.000 hab, desde que preencham o requisito desta faculdade contida no Artigo 7º, desta Instrução Normativa.

§ 1º - O relatório do Presidente e demais membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores conterá além das informações dos anexos estabelecidos pela Portaria nº 574/2007-STN, a indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites a que esteja legalmente obrigado.

§ 2º - Caso não apresentado por ocasião da entrega do Relatório de Gestão Fiscal, o comprovante da sua publicação será encaminhado ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, até 15 (quinze) dias após encerrado o prazo previsto no *caput* deste artigo.

§ 3º - Caberá ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo Municipal, a competência para a elaboração e divulgação no último quadrimestre dos demonstrativos consolidados do Relatório de Gestão Fiscal, abrangendo todos os poderes e órgãos de cada esfera, estes demonstrativos serão identificados no título pela palavra "CONSOLIDADO", e limitar-se-ão aos Anexos I, V, VI e VII.

§ 4º - A divulgação dos demonstrativos consolidados deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após a divulgação do último quadrimestre do Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos. Devendo ser adotados os modelos e as respectivas instruções de preenchimento do Capítulo 3 do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, anexo à Portaria nº 632/2006-STN.

Art. 3º - Juntamente à lei de diretrizes orçamentárias, a ser remetida ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, serão apresentados em meio magnético/óptico (disquete/CD-ROM) e documental, os seguintes documentos, elaborados de acordo com os artigos citados da Lei Complementar nº 101/2000:

I – Anexo de Metas Fiscais - Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 e Portaria nº 575/2007-STN;

II – Anexo de Riscos Fiscais – Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e Portaria nº 574/2007-STN;

III - Demonstrativo da evolução da receita, nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes, acompanhado da metodologia de cálculo e das premissas utilizadas - Arts. 4º, § 2º, II, c/c Art. 12.

§ 1º - No Anexo de Metas Fiscais, serão estabelecidas metas anuais em valores correntes e constantes relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes e conterá, ainda: avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; demonstrativo das metas anuais; evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial; e demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 2º - No Anexo de Riscos Fiscais, será evidenciada a possibilidade da ocorrência de eventos que venha a impactar negativamente as contas públicas, classificando esses riscos em Orçamentários e Da Dívida. Esse Anexo será elaborado conforme determina a Portaria nº 574/2007-STN em um único demonstrativo – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Art. 4º - O Anexo de Metas Fiscais será composto pelos seguintes demonstrativos: Demonstrativo I – Metas Anuais; Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios anteriores; Demonstrativos IV – Evolução do Patrimônio Líquido; Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; Demonstrativos VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 5º - Demais relatórios, demonstrativos e atos indicados nesta Instrução Normativa serão elaborados segundo modelos adotados pelos Poderes e Órgãos, enquanto não for disciplinada a remessa de seus dados por meio informatizado, pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 6º - O Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 8, da Lei nº 4.320/64) identificará operações de limitação de empenho (redução de dotação) e de recomposição de dotações orçamentárias, procedidas nos moldes do Art. 9º e seu § 1º, da LC nº101/2000.

Art. 7º - Os Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes que optarem pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal, bem como dos demonstrativos referidos no Art 53, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão encaminhá-los ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre.

§ 1º - A Lei Municipal ou Ato Normativo dos respectivos Poderes contendo a opção desta faculdade concedida pelo Art 63, do citado diploma legal, deve ser remetida ao Tribunal de Contas dos Municípios até 30/01/2008.

§ 2º - A remessa dos relatórios ao Tribunal de Contas dos Municípios, caso efetuada a opção de que trata o *caput* deste artigo, será nos seguintes prazos:

I – até 30 (trinta) dias, após o encerramento do semestre, no caso do Relatório de Gestão Fiscal, ressalvada a remessa do comprovante de publicação que poderá ser enviado até 15 (quinze) dias após o prazo previsto no Artigo 63, § 1º, da LC nº 101/2000;

II – Até 15 (quinze) dias após o encerramento do prazo previsto no Art. 63, § 1º, da LC nº 101/2000, no caso dos demonstrativos referidos no Artigo 53, da citada lei, que deverão ser apresentados juntamente com o comprovante de sua publicação.

§ 3º - O Município cuja despesa total com pessoal ou a dívida consolidada não se encontre dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, ficará sujeito, enquanto perdurar essa situação, aos mesmos prazos de verificação e de retorno aos limites definidos para os demais entes.

Art. 8º - O Executivo Municipal deve remeter ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, até 30 de maio de 2008, os comprovantes de envio das Prestações de Contas ao Executivo da União e do Estado, a que se referem o § 1º inciso I do art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal .

Art. 9º - Com base na análise dos Relatórios de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária, o Tribunal formalizará o alerta previsto no §1º do Art. 59 da Lei Complementar nº101/2000, ao constatar:

I. que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) dos limites previstos nos Arts. 19 e 20, da referida Lei;

II. que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% dos respectivos limites;

III. que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

IV. fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária;

Parágrafo único- O Tribunal poderá formalizar o alerta quando constatar, em processos de inspeções e auditorias, ou outros procedimentos de sua competência, quaisquer das hipóteses previstas no *caput* deste artigo.

Art. 10 - O Órgão Técnico competente, na análise dos Relatórios de Gestão Fiscal, Resumido da Execução Orçamentária e do Comparativo a que se refere o Art. 6º, deverá

relacionar os Municípios que incorrerem em algumas das hipóteses previstas no artigo anterior, agrupando-os, segundo a sua natureza, da seguinte forma:

1. I. Municípios cujos Poderes Executivo e/ou Legislativo se encontrem acima dos limites de despesa com pessoal previsto nos Arts. 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000;
2. II. Municípios cujos Poderes Executivo e/ou Legislativo se encontrem acima dos limites de despesa com pessoal previsto no Parágrafo Único do Art. 22, da Lei referida no inciso I;
3. III. Municípios cujos Poderes Executivo e/ou Legislativo se encontram acima do limite previsto no Inciso II, do § 1º, do Art. 59, da Lei referida no inciso I;
4. IV. Municípios cujos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima do limite previsto no Inciso III, do § 1º, do Art 59, da Lei referida no Inciso I, de acordo com a respectiva Resolução do Senado Federal, conforme previsão do Art 30, Inciso I, da mesma Lei;
5. V. Municípios cujos gastos com inativos e pensionistas se encontram acima dos limites previstos na Lei nº 9717/98;
6. VI. Municípios em que forem constatados fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Art. 11 – O Órgão Técnico competente, na forma do artigo anterior, formalizará o alerta aos Poderes e Órgãos determinados no Artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 12 - O não-encaminhamento ao Tribunal do Relatório de Gestão Fiscal nos prazos e condições estabelecidos nesta Instrução sujeita o responsável, sem prejuízo do exercício do direito ao contraditório, à multa prevista no Art. 5º, da Lei nº 10.028/00, e sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 13 - O não-encaminhamento ao Tribunal do Relatório Resumido da Execução Orçamentária a que se refere esta Instrução sujeita o responsável à multa prevista no Art 57, da Lei Complementar Estadual nº 25/94.

Art. 14 – Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos gerados a partir do exercício de 2008.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em de dezembro de 2007.

Conselheiro **RONALDO PASSARINHO**

Presidente

Conselheira **ROSA HAGE**

Vice-Presidente

Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**

Corregedor

Conselheiro **ALCIDES ALCÂNTRA**

Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**

Conselheiro **LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**